

COMPLEXIDADE NA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Élister Lílian Brum Balestrin¹
Nilvânia Aparecida de Mello²
Hieda Maria Pagliosa Corona³

Área de conhecimento: Economia doméstica.
Eixo Temático: Políticas Públicas.

RESUMO

O presente artigo se propõe a abordar a teia de complexidade na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional na perspectiva do processo de interdisciplinaridade. As modificações das práticas produtivas decorrentes do processo histórico tem produzido redução da produtividade e degradação do meio ambiente, resultando em processos negativos tanto na produção como no consumo alimentar. Este cenário remete a teia de complexidade em torno da promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, a qual deve ser alcançada de modo a consagrar suas diversas dimensões: acesso a alimentos de qualidade, com hábitos alimentares saudáveis, práticas sustentáveis de produção, cidadania e direitos humanos. Nesta ótica a agricultura familiar transforma-se em chave para o processo de reaproximação da relação entre produção e consumo alimentar, buscando o resgate de práticas agrícola tradicionais, apoiadas em um processo de desconstrução da racionalidade capitalista e conseqüentemente uma construção da racionalidade social. Para entender essa dinâmica de reconexão aliando desenvolvimento e Segurança Alimentar Nutricional a adoção de um enfoque interdisciplinar torna-se fundamental.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional. Complexidade. Interdisciplinaridade. Políticas Públicas. Agricultura familiar.

1 INTRODUÇÃO

O atual momento histórico tem gerado significativas preocupações nos quesitos - degradação ambiental e alimentação segura - as quais repercutem nos padrões de práticas produtivas e consumo alimentar. A partir das relações contidas neste cenário, traça-se uma teia de complexidade na busca pela promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

As práticas produtivas foram modificadas pelos processos históricos, gerando degradação da produtividade e do meio ambiente, com efeitos negativos em sua capacidade de produção, assim como nas dependências culturais e tecnológicas,

¹ Nutricionista. Mestre em Desenvolvimento Regional pela UTFPR. Responsável Técnica pelo Programa de Alimentação Escolar do Município de Capitão L. Marques/PR. elbbalestrin@hotmail.com

² Engenheira Agrônoma. Doutora em Ciência do Solo. Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco. nilvania@utfpr.edu.br

³ Socióloga. Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco. pagliosa@utfpr.edu.br



nas suas formas de sujeição ideológicas e nas suas motivações para a inovação produtiva (LEFF, 2010).

O consumo alimentar tem-se voltado muito mais a quantidade, direcionada pela economia, e ao visual que à qualidade, gerando um consumismo exacerbado. Segundo Poupel (2006), nos dias de hoje, adquire-se o alimento sem conhecimento de onde foi produzido, cultivado e processado, busca-se ao invés dos alimentos rótulos cheios de letras e ideias não tendo um contato mais direto e manual, pois os produtos em sua maioria são semiprontos, a cor, o sabor e o odor são muitas vezes distintos do original, entre outras inovações no mercado imposto pela demanda mercantil da sociedade moderna.

Woortmann (1990) defende que os alimentos na sociedade não são apenas ingeridos, mas também pensados, apresentando um significado simbólico. Entretanto, o alimento como cultura tem perdido o sentido, provocando um quadro constante de insuficiência alimentar.

Na barganha do percurso da história estabelecido pela modernidade, nota-se que as mudanças têm respeitado o desenvolvimento da cultura industrializada, está sob a ótica da influencia do mundo urbano, quebrando as tradições e mobilidade, além de desconsiderar os hábitos alimentares de um determinado espaço geográfico focado na economia e tecnologia com repercussão no estado de saúde, tanto no meio rural como no urbano (COSTA; BÓGUS, 2012).

Da mesma maneira, todas as questões relativas a degradação do meio ambiente, a crise dos recursos naturais, energéticos e de alimentos, típicas do século XX, simbolizam uma *crise da civilização* (Leff, 2010) que traz a tona as rupturas da racionalidade econômica e tecnológica que dominou a sociedade moderna.

Essa crise da civilização pode ser percebida por dois lados: como resultado da pressão exercida pelo crescimento populacional sobre os limitados recursos naturais, ou ainda pelo capitalismo que levou a um ritmo exacerbado dos padrões tecnológicos e de consumo com altos ritmos de exploração da natureza, que vêm esgotado as reservas de recursos naturais, degradado a fertilidade dos solos e afetado as condições de regeneração dos ecossistemas naturais (LEFF, 2010).

Ainda segundo o mesmo autor, há necessidade de uma produção e apropriação com igualitários recursos naturais, uma produção sustentável e uma



distribuição mais equitativa da riqueza, para satisfazer as necessidades básicas e aumentar a qualidade de vida. Necessidades essas que quando inatingíveis podem repercutir na má distribuição dos alimentos, conclui-se que então não há necessidade de aumentar a produção, mas sim de redistribuí-la. Deve-se, portanto considerar o uso adequado dos alimentos e não apenas a sua presença ou inexistência, só assim poderá se caminhar em direção a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

Neste sentido, é relevante avaliar integradamente os aspectos sociais e econômicos, no que tange a produção e consumo, em especial na busca pelo resgate de práticas agrícolas tradicionais, apoiadas em um processo de desconstrução da racionalidade capitalista e conseqüentemente construção de uma nova racionalidade social.

Essa racionalidade, quando posta em complemento a SAN, pode ser atribuída no cotidiano enquanto fenômeno social da alimentação humana, que remete à necessidade de ações voltadas a realização do direito humano de ter acesso a alimentos essenciais a uma vida digna - afagando o paradigma da fome. É neste panorama, que o Estado e a sociedade vêm se organizando nas formulações de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Na ótica do alcance do alimento como direito humano e no sucesso das políticas públicas, a agricultura familiar transforma-se em chave para o processo de aproximação entre sociedade e natureza com valorização do meio ambiente, principalmente através da reconexão da cadeia alimentar, que pode gerar um processo que interfere diretamente nas possibilidades do desenvolvimento sustentável. Para entender essa dinâmica de reconexão aliando desenvolvimento e SAN a adoção de um enfoque interdisciplinar torna-se fundamental.

Assim, o presente artigo pretende abordar através de pesquisa bibliográfica a teia de complexidade na promoção da SAN na perspectiva do processo de interdisciplinaridade. O artigo está organizado para primeiramente elucidar a construção da concepção de Segurança Alimentar e Nutricional, posteriormente a complexidade da Segurança Alimentar e Nutricional e em seguida a interdisciplinaridade na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.



2 REFERENCIAL TEÓRICO OU REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CONSTRUÇÃO DA CONCEPÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Após a 1º Guerra Mundial o conceito de segurança alimentar teve origem na Europa e significava a capacidade de todos os países produzirem sua própria alimentação (VALENTE, 2002). Com o final da 2º Guerra Mundial a fome estava presente no mundo, principalmente nos países onde ocorreu a guerra, com um quadro de insuficiência alimentar que conduziu a aceleração dos processos produtivos focados nos alimentos (MALUF, 2007).

Neste cenário, a Revolução Verde “uma experiência para aumentar a produtividade de alguns alimentos, associado ao uso de novas variedades genéticas, fortemente dependentes de insumos químicos” (BURITY et al, 2010, p.11) fora adotada nestes países. Assim pode-se advertir que “os avanços do sistema alimentar mundial se reestruturou na direção de focalizar mais o alimento que a agricultura” (MALUF, 2007, p. 47).

As discussões no Brasil em torno das preocupações alimentares tiveram início com Josué de Castro em 1940, o qual foi pioneiro nas discussões da fome e da miséria brasileira. Aprofundou-se também em questões relacionadas ao meio ambiente, subdesenvolvimento e paz. Em sua obra que denominou Geografia da Fome, descreveu que a fome não vinha como um problema físico, mas das opções, ações e conduções que os homens davam a suas vidas, sejam elas de cunho econômico ou social. Castro integra em seu estudo a agricultura de base familiar como uma possibilidade de ampliação de opções alimentares em cada espaço geográfico brasileiro e, portanto como uma solução para a fome (CASTRO, 1984).

Diferente da esfera internacional, o Brasil tem seu enfoque contemporâneo em torno da SAN em 1985. De acordo com Maluf (2007, p. 80) “[...] a segurança alimentar apareceu pela primeira vez como referencia de uma proposta de política contra a fome, com certo atraso em relação a sua utilização no plano internacional”. Sendo formulado pelo Planejamento do Ministério da Agricultura um documento com objetivos de atender as necessidades alimentares da população e atingir a autossuficiência produtiva nacional de alimentos. Ainda no mesmo documento surge



à proposta de instituir um Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA (MALUF, 2007).

Um ano após foi realizada a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (CNAN), a qual propôs um adjunto nutricional à denominação de segurança alimentar. Este evento propunha a instituição de um Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição que formulasse a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)⁴, além da instituição de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) integrado por várias esferas. Em 1991 se formulou uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar (MALUF, 2007).

Essa proposta voltou a ser discutida após a criação do primeiro CONSEA em 1993, que teve como realização a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSA) em 1994, onde o relatório final teve como ideia principal a defesa de uma Política Nacional de Segurança Alimentar. No entanto, no mesmo ano o CONSEA foi extinto e com isso a incorporação da SAN como objetivo estratégico orientador de políticas públicas, tomou outra direção, que figurou a retirada da questão alimentar nos destaques da agenda política (MALUF, 2007).

Em 1996 reunidos na Cúpula Mundial da Alimentação, o governo brasileiro juntamente com governos de outros países, uniram-se na luta contra a fome, focando um novo olhar as intervenções da produção e consumo. Esse olhar assume outro caminho com ações isoladas de combate a fome, diferentes das dimensões que estavam sendo propostas frente ao incentivo das políticas públicas agrícolas, do controle de preços, da distribuição de alimentos e dos sistemas de abastecimentos (BELIK, 2003).

Assim retoma-se a definição de segurança alimentar, iniciando a discussão em torno do emprego da noção de soberania alimentar, que para Maluf (2000, p. 59), “procura dar importância à autonomia alimentar dos países e está associado à geração de emprego dentro do país e à menor dependência das importações e flutuações de preços do mercado internacional”.

Marcando o enfoque de uma nova conceituação para segurança alimentar em

⁴ Foi instituída em 1999, integra os esforços do Estado Brasileiro que por meio de um conjunto de políticas públicas propõe respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação. Disponível em: <https://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan2011.pdf>. Acesso em 01 jun. 2012.



2001 cria-se o Programa Fome Zero⁵. No seu lançamento oficial em 2003 recria-se o CONSEA, acontecendo em 2004 a II Conferencia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), onde se aprova o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (MALUF, 2007), que incorpora em seu conceito o adjetivo “nutricional”. Desta forma, fica definido que:

Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA 2004, p.4).

A II CNSAN “constitui um ponto alto na retomada da mobilização social pela SAN ao restabelecer boa parte dos elos com a tradição antes construída no país, bem como gerou importantes desdobramentos em termos de ações e políticas” (MALUF, 2007, p. 96).

Em 2007 realizou-se a III Conferência Nacional, com eixos permeados pelas premissas de equidade, diversidade, sustentabilidade, soberania alimentar, direito humano a alimentação adequada, participação e controle social, descentralização e intersetorialidade. Conquistando várias evoluções nos programas alimentares, como no caso do PNAE, segundo documento final da III CNSAN, torna-se necessário destacar algumas das propostas aprovadas e conquistadas até o momento que ganharam ainda mais espaço na IV CNSAN em 2011: garantir a toda a população escolar uma alimentação adequada e saudável, dando as condições legais e necessárias para a compra e venda de produtos oriundos da agricultura familiar local, correções no valor per capita estipulado por aluno atendido pelo PNAE, extensivo da alimentação escolar para a educação de jovens, entre outros.

De acordo com Maluf (2007), a SAN tem três enfoques: ampliação ao acesso dos alimentos levando em consideração o padrão de consumo alimentar, produção e comercialização de alimentos em formas equitativas e sustentáveis, além de ações voltadas para as populações vulneráveis ou com requisitos alimentares específicos.

⁵ É uma estratégia do governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>. Acesso em 13 jun. 2012



A utilização dos enfoques da Segurança Alimentar e Nutricional pode levar a diversas interpretações, sendo que os países com alto nível econômico habituaram-se a utilizar os conceitos de segurança alimentar muitas vezes para implantar barreiras às importações e elevar artificialmente os preços dos alimentos. Já nos países com baixos níveis econômicos, mais vulneráveis, algumas vezes utiliza-se essa abordagem para tabelar preços e impor grandes perdas aos produtores agrícolas. Esta prática pode ser utilizada com o fim de satisfazer os eleitores, sendo o discurso da SAN utilizado para fins de interesses particulares. Verifica-se estímulos para mascarar ações que, ao invés de garantir a qualidade do alimento, promovem a destruição do meio ambiente ou mesmo destruição dos hábitos culturais de uma população (BELIK, 2003)

Neste cenário, percebe-se que “o conceito de segurança alimentar evolui na medida em que avança a história da humanidade e alteram-se a organização social e as relações de poder em uma sociedade” (BURITY et al, 2010, p.11). O que pode ser comparado a reconstrução racional das maneiras como adquirimos o conhecimento defendido por Popper (2007, p. 32) "não existe um método lógico de conceber ideias novas ou de reconstruir logicamente esse processo". Assim, o Estado e a sociedade passam a ter obrigações e normas legais universais para garantir o direito à alimentação, assegurado por meio de políticas da SAN (MALUF, 2007).

Essa mudança essencial na forma de encarar o direito à alimentação e o compromisso internacional de diminuição das estatísticas relacionadas com a fome, colocam o Estado na posição de provedor e responsável pelo bem estar alimentar de sua população (BELIK, 2003). Direito esse incorporado a Constituição Federal de 1988, que ganha sua totalidade na definição da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) em 2006.

A LOSAN que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), tem como objetivo a formulação e implementação de políticas públicas de SAN, além de estimular a união de forças governamentais e da sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da SAN (BURITY et al, 2010).

Para Maluf (2007) a porta de entrada da SAN é especialmente nas administrações municipais e neste sentido destaca que:



O viés de apropriação do enfoque da SAN e as dimensões a serem priorizadas refletem o setor que serve de ancora para difundir o enfoque no interior do governo e na sociedade, assim como a possibilidade de se chegar a uma política intersetorial na sua concepção, institucionalidade e execução (MALUF, 2007, p. 154).

A SAN se constitui como sendo um desafio, que busca a manutenção da vida humana como uma questão primordial, quando comparada aos interesses da comercialização (SISAN/PR, 2009).

Vale ressaltar que a implementação das políticas públicas pressupõe o despertar da sociedade para o sentimento de pertencimento para questões ambientais e do senso crítico frente às questões econômicas, sociais e políticas. Assim, deve-se incorporar na perspectiva da SAN a compreensão de que o alimento é mais que uma mercadoria, é um bem para toda a comunidade, a qual desempenha papel relevante na integração de toda a sociedade no processo de construção do futuro. Entende-se que essa forma de ação, em que a sociedade compartilha com o governo as responsabilidades pelas decisões, permite uma maior agregação em torno do projeto de desenvolvimento.

Neste sentido é que as políticas públicas vêm assumindo contornos mais nítidos nos últimos anos no Brasil, com aumento de programas e ações que pondera a questão da equidade e da justiça, as relações éticas entre gerações, o uso adequado e sustentável dos recursos naturais, do meio ambiente e do tipo de desenvolvimento adotado. Além, da preocupação nutricional, para gerir o potencial da população para adquirir alimentos e obter saúde e nutrição através da valorização da agricultura familiar.

2.2 COMPLEXIDADE DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A complexidade, enquanto rede de relações e equilíbrio, esta presente tanto na natureza quanto nas ações humanas. Assim, é impossível modificar um elo da cadeia sem que existam reflexos em todo o resto. Da mesma maneira, atuar em sistemas complexos exige a constante preocupação com a manutenção do equilíbrio dinâmico que o sistema comporta. Ações pontuais, calcadas na racionalidade fragmentadora, geralmente resultam em prejuízos ambientais e sociais. É a partir desta concepção dos sistemas complexos que a SAN deve ser repensada e



reorganizada, como forma de superar barreiras históricas referentes ao acesso a alimentação adequada.

Para Leff (2010), a crise ambiental está fundada no alicerce da racionalidade econômica guiado pelo processo de aumentar os lucros e excedentes econômicos, o que desencadeia uma desigualdade entre grupos sociais, além de efeitos negativos ecológicos e culturais. Desta forma, tornam-se necessárias formas sustentáveis de produção para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, a qual apresenta diversas dimensões que refletem em acesso permanente aos alimentos em quantidade e qualidade suficiente, de forma a integrar um processo nutricional adequado e uma preservação dos recursos naturais com produção sustentável.

Um dos elementos formadores da promoção da Segurança Alimentar é a sustentabilidade do sistema alimentar, a qual é garantida quando a satisfação das necessidades alimentares no curto prazo não se der através do desprendimento dos recursos naturais renováveis e não renováveis, tornando possível a preservação das condições que garantam alimentos disponíveis em longo prazo (MALUF et al, 1996).

Para complementar a complexidade em relação a SAN, Maluf (2007), aponta duas particularidades, sendo a primeira o adjetivo nutricional, o qual agrega os principais enfoques que estiveram na base do enriquecimento desse conceito no Brasil, que são o socioeconômico e o de saúde e de nutrição, propagando o aspecto intersetorial que contribuiu para a construção da definição da SAN na II CNSAN. Como segunda particularidade aponta à segurança relacionado aos alimentos, a qual conglomera em uma única noção duas dimensões que são a disponibilidade de alimentos e a qualidade desses, o que remete a produção e a distribuição dos alimentos.

O conceito de SAN é considerado como abrangente, por natureza interdisciplinar, que abarca situações de acesso a alimentos de qualidade, com hábitos alimentares saudáveis, práticas sustentáveis de produção, cidadania e direitos humanos (KEPPLE; SEGALL-CORREA, 2011).

Ainda segundo as mesmas autoras:

A conceitualização da SAN, no Brasil, representa um desafio para sua abordagem, especialmente levando em consideração que cada área de conhecimento envolvida, como economia, direito, agricultura, educação, saúde, nutrição, assistência social, sociologia, antropologia e psicologia, entre outras, tem sua própria perspectiva e expectativa na compreensão e



utilização desse conceito, o que equivale a dizer que tem um marco teórico particular. Entretanto, esses marcos conceituais e disciplinares, bem como seus indicadores, tomados isoladamente, não são suficientes para a compreensão integral do problema (KEPPLE; SEGALL-CORREA, 2011, p.188).

Nesta arena de peculiaridades Triches (2010), cita que o direito à alimentação deve estar associado não apenas em quantidade suficiente, mas também em qualidade, e de forma constante, além de permitir à soberania alimentar, à preservação da cultura alimentar de cada povo e à sustentabilidade do sistema alimentar. Portanto, evidencia a perspectiva de produtividade ecotecnológica, defendida por Leff (2010, p. 90), a qual é relacionada ao desenvolvimento sustentável e apresenta-se como um projeto que “leva a revalorizar, resgatar e melhorar um conjunto de técnicas tradicionais e a desenvolver novos saberes práticos e conhecimentos científicos”.

É preciso, de antemão, ter noção dos efeitos do sistema completo, para que seja possível a sua organização. Ou seja, é necessário conhecer para posteriormente organizar, como citado por Morin (1999). Assim, há necessidade de buscar alternativas, de forma completa, para um desenvolvimento sustentável que abra perspectivas para uma nova ordem econômica e política mundialmente (LEFF, 2002).

Com base nessa nova ordem ganham importância as estratégias para reformulações políticas, nas quais os programas públicos alimentares passam a ser necessários para o enfrentamento de problemas nutricionais e, ao mesmo tempo, ser ferramenta para desenvolvimento sustentável. É aí que se tem pautado as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, as quais estabelecem duas dimensões que se expressão em dois componentes: um relacionado à produção, disponibilidade, comercialização e acesso ao alimento, e o outro relacionado às práticas alimentares e à utilização biológica do alimento (CONSEA, 2004).

Maluf (2007), a partir desses componentes propõem um modelo agroalimentar mais sustentável, que aproxime a produção de pequenos agricultores familiares e o consumo de alimentos, contribuindo para uma reconexão na cadeia alimentar e uma relação mais estreita entre produtor e consumidor. Considerando que “todo conhecimento comporta uma atividade estratégica” (MORIN, 1999, p, 63), aponta como estratégia nesta reconexão a necessidade do processo de



interdisciplinaridade, no qual há dialogo entre campos distintos para consolidação da promoção da SAN.

2.3 INTERDISCIPLINARIDADE NA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Segundo Leff (2010), o desajuste das formas e ritmos de exploração e extração de recursos naturais e as condições ecológicas, a partir da racionalidade econômica, geraram exclusão do homem da natureza. Ainda segundo o mesmo autor, o ritmo acelerado do capital levou a pressão sobre o meio ambiente resultando em uniformização do cultivo e redução da biodiversidade. O meio ambiente quando considerado separado do homem, com influencia capitalista leva a exploração em seus recursos e modificações nas relações da sociedade natureza, o que pode acarretar alterações negativas na qualidade de vida.

Assim sugere-se que um dos efeitos negativos na qualidade de vida pode ser adjudicado pela produção e consumo de alimentos com qualidade duvidosa, com técnicas abusivas ao meio ambiente, que impõem padrões alimentares que não respeitam a diversidade cultural. E ao se tratar da questão social, evidencia-se que as escolhas alimentares são determinadas não exclusivamente pelos hábitos, mas muito mais pelo sistema de produção e abastecimento de alimentos (BRASIL, 2006).

Este cenário pode ser originado do fato que as pessoas não definem suas necessidades, elas são incumbidas de acordo com os padrões determinados pela sociedade. Neste sentido as preocupações referentes à reconstrução do saber tornam-se relevantes. Para Leff (2010), os processos aliados às relações da sociedade natureza, além de estarem vinculados a novos valores, também a priori estão a princípios da epistemologia e estratégias conceituais que guiam a construção de uma racionalidade produtiva sobre bases de sustentabilidade ecológica e de equidade social.

De acordo com Morin (1997), o processo educacional levou as pessoas a separarem e isolarem os fatos, embora homem e meio ambiente estejam integrados não cabendo, portanto a dicotomia homem - natureza. O homem é produtor do próprio conhecimento e nesta busca pelo conhecer une saberes e conceitos, assim deve ser ator no processo de transformação da sociedade. Para operacionalizar esta



transformação há necessidade da interdisciplinaridade, que nasce a partir da reintegração de conhecimentos de diversas áreas (LEFF, 2010).

Há necessidade de uma nova ciência, capaz de distinguir níveis diferenciados de articulação teórica e de relações reais entre sujeitos históricos, suas práticas sociais e suas visões do mundo (Leff, 2010). Há, portanto um imperativo em transformar e enriquecer esses conhecimentos através de diferentes campos disciplinares. Mudança de regra e de tradição, somente são geradas por novas descobertas que tenham contribuição múltipla, onde cada pesquisador contribui com um pouco (KUHN, 2009).

Nesse axioma, torna-se relevante um modelo de educação voltada para uma cultura que admita distinguir, contextualizar, globalizar os problemas advindos de várias dimensões globais e fundamentais, frisando uma conscientização em relação aos desafios que a crescente complexidade dos problemas impõe ao conhecimento humano (MORIN, 2003), mas que ao mesmo tempo permita a valorização e inclusão dos saberes locais.

Na trama complexa em torno à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, é essencial conhecer suas múltiplas facetas, enxergando como uma teia que interliga suas ramificações de modo a se compreender as diversas relações humanas e suas interferências na natureza tanto na concepção da alimentação como direito humano como na sustentabilidade. Para tanto, há necessidade de uma unificação de significados estabelecendo uma ótica mais cidadã do consumo alimentar e de sua produção, através de uma prática dialógica, acrescida de conhecimentos de diversas áreas em torno de uma unificação do conceito da SAN.

Para entender as relações complexas entre os vários fatores relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional, quando possíveis agregadas a estudos qualitativos e de processos, devem concorrer diversas disciplinas ou campos de saber, muitas vezes antagônicos. Mas é esta construção interdisciplinar que pode levar a um entendimento da SAN mais abrangente em toda a sua complexidade, o que consentirá o planejamento, a organização e a implantação de políticas públicas mais efetivas para a sua promoção (KEPPLE; SEGALL-CORREA, 2011).

Os vários enfoques presentes numa abordagem complexa da SAN quando dissociados podem produzir efeitos negativos, de difícil compensação e é aí que se



justifica a elaboração de políticas que atendam as dimensões aludidas, assim como a característica interdisciplinar dessa questão (HIRAI; ANJOS, 2007).

É com ciência desse âmbito que a adoção de um enfoque sistêmico e interdisciplinar no campo da Segurança Alimentar e Nutricional é importante, pois, de acordo com Costa e Bógus (2012):

Não só é capaz de recuperar as diversas dimensões do alimento como, ao contextualizar historicamente a produção alimentar, desenvolver um pensamento crítico em relação à insustentabilidade dos atuais padrões de produção e consumo de alimentos (COSTA; BÓGUS, 2012, p. 110).

O alerta de Morin (2000) faz mais sentido neste contexto. O autor atenta para a necessidade de uma educação que admita um olhar centrado na condição humana, apreendendo a reconhecer-se em sua humanidade, buscando substituir a hegemonia do conhecimento fragmentado, que acaba por cegar e conduzir a tudo aquilo que não seja mensurável, por uma compreensão que coloca em evidência a multidimensionalidade e a complexidade humana através do desenvolvimento da aptidão para contextualizar e globalizar os saberes de forma que apoiem a essência simbólica.

É desta forma, e instrumentalizados a partir da compreensão realista das inúmeras dimensões da complexidade envolvida na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, que é possível a organização dos fatos para posterior unificação e reaproximação ao consumo e produção que promova a SAN.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da civilização vem moldando o padrão de produção e consumo alimentar, onde racionalidade econômica ganha espaço sobre a racionalidade social, tornando necessário um resgate de técnicas agrícolas tradicionais, dentro da perspectiva ecotecnológica.

Sabe-se que, o consumismo exacerbado quando relacionado a produtos da civilização moderna contribui para o distanciamento entre o produtor e o consumidor, resultando em um quadro de insuficiência alimentar, que pode ser atribuído as condições de acesso aos alimentos e seu valor simbólico que apresenta em cada cultura, tanto no meio rural como no urbano. Portanto, há necessidade de se



potencializar convergências desta relação de afastamento que apresenta requisitos negativos na saúde humana e no ecossistema natural.

Nesse cenário, se inicia a busca para entender a complexidade que interliga as ramificações da Segurança Alimentar e Nutricional, que enfatiza a alimentação em quantidade suficiente e qualidade permanente, assim como soberania alimentar, atrelada a preservação da diversidade cultural alimentar e a sustentabilidade do sistema alimentar.

A concepção da SAN tem passado por várias interpretações, sendo que sua significância ainda é discutida, devido seus diversos enfoques. Como o conceito se reconfigura através da história é necessário romper suas fragmentações através de uma educação voltada à reintegração de saberes e valores.

Evidencia como estratégia o processo de interdisciplinaridade, que é capaz de integrar vários campos do saber, fundi-los entre si com objetivo de perceber uma unidade na diversidade dos conhecimentos e dos fazeres envolvidos no processo. É este caminho que faz com que as políticas públicas passem realmente a ponderar questões de equidade, ética, cidadania e sustentabilidade ambiental, alcançando o desenvolvimento sustentável e conseqüentemente a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

REFERÊNCIAS

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan/jun. 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BURITY, V. et al. (Orgs.). **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204 p.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)**. Rio de Janeiro: Edição Antares, 1984.

CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional: Textos de referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Curitiba: Editora Positivo, 2004. 80 p.

COSTA, C. A; BÓGUS, C. M. Significados e Apropriações da Noção de Segurança Alimentar e Nutricional pelo Segmento da Sociedade Civil do Conselho Nacional de



Segurança Alimentar e Nutricional. **Saúde Soc.** São Paulo, v.21, n.1, p.103-114, 2012.

HIRAI, W. G.; ANJOS, F. S. dos. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6 n. 2, p. 335-353, jul./dez. 2007.

LEFF, E. Agroecologia e Saber Ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.1, p.36-51, jan/mar. 2002.

_____. **Epistemologia Ambiental**. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, n.16, v.1, p. 187-199, 2011.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

MALUF, R. S. O Novo contexto internacional do abastecimento e da segurança alimentar In: BELIK, W.; MALUF, R. **Abastecimento e Segurança Alimentar**. Campinas: Unicamp, 2000.

_____. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. V. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Caderno de Debate**. Unicamp, v. 4, p. 66-68, 1996.

MORIN, E. Complexidade e ética da solidariedade. In: Castro, G.; Carvalho, E. A.; Almeida, M. C. **Ensaio de Complexidade**. Porto Alegre: Sulina, 1997.

_____. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. 2. ed. Porto Alegre: Sulinas, 1999.

_____. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2007

POUPEL, R. O. **Hábitos Alimentares, Nutrição e Sustentabilidade: Agroflorestas Sucessionais como Estratégia na Agricultura Familiar**. 2006. 142f. Dissertação (Mestrado em Políticas e Gestão Ambiental) - Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SISAN/PR. **Política e Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Paraná**. Curitiba, 2009. 55 p.



TRICHES, R. M. **Reconectando a Produção ao Consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no Programa de Alimentação Escolar.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), 296 p. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VALENTE, Flávio Luiz S. **Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas.** São Paulo: Cortez, 2002.

WOORTMANN, K. **Com parente não se negueia.** Anuário Antropológico 87. Editora da UNB, 1990.

